

VINTE ANOS DE CRISE: VOLATILIDADE ELEITORAL E MIGRAÇÃO PARTIDÁRIA NO SISTEMA PARTIDÁRIO SUBNACIONAL DE RONDÔNIA (1982-2002)¹

TWENTY YEARS CRISIS: ELECTORAL VOLATILITY AND PARTISAN MI- GRATION IN RONDÔNIA SUBNATIONAL PARTY SYSTEM (1982-2002)

João Paulo Saraiva Leão Viana

Professor adjunto da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Doutor em
Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).
Pesquisador associado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP-UERJ);
pesquisador e coordenador estadual do LEGAL; pesquisador FAPERO
(Iniciativa Amazônia + 10).
joaopauloviana@hotmail.com

RESUMO: O presente artigo aborda a questão da volatilidade eleitoral no subsistema partidário de Rondônia e sua relação com a migração partidária, no período que abarca as eleições de 1982 a 2002. Em perspectiva comparada, o caso rondoniense foi caracterizado à época como um dos mais expressivos exemplos de fragilidade institucional entre os sistemas partidários estaduais brasileiros. O texto está dividido em quatro seções, incluindo introdução e considerações finais. Na segunda seção, o estudo realiza um debate sobre o tema da volatilidade eleitoral no plano subnacional apresentando os dados referentes à Rondônia. No momento seguinte, exploramos os dados agregados da competição política rondoniense, entre 1982 e 2002, acompanhado de uma discussão acerca da legislação eleitoral-partidária brasileira pós-1985 e o fenômeno das migrações partidárias. Por fim, apresentamos algumas considerações sobre a relação entre volatilidade eleitoral e migração partidária na política rondoniana.

PALAVRAS-CHAVE: Volatilidade eleitoral; Migração partidária; Eleições; Política subnacional; Rondônia

ABSTRACT: The article analyzes the question of electoral volatility in the party subsystem of Rondonia, in the period of elections from 1982 to 2002. From a comparative perspective, it was, by that time, one of the most expressive cases of institutional fragility among the subnational party systems in Brazil. The paper is divided into four sections: introduction and conclusion included. In the second section, the study does a debate about the question of electoral volatility and the subnational brazilian plan. Next moment, the text presents the combined data of the political competition in Rondônia, between 1982 and 2002, along with a debate about the electoral and partisan legislation after 1985 and the partisan migration in the brazilian political system. To conclude, we present some considerations about the relation between electoral volatility and partisan migration in Rondonia politics in the analysed period.

1. Meus sinceros agradecimentos aos cientistas políticos Rodrigo Dolandeli, Márcio Carlomagno e Denise Paiva, pelas trocas de ideias e ajuda com os dados referentes à volatilidade eleitoral. Sou grato também aos dois pareceristas anônimos pelos valiosos comentários e críticas. Agradecimentos estendidos à equipe editorial de Suffragium, em especial a Waldemir Higino e Thiciano Leite, pela atenção e generosidade.

KEYWORDS: Electoral volatility; Partisan migration; Elections; Subnational politics; Rondônia

INTRODUÇÃO

Território Federal criado no final da ditadura do Estado Novo, Rondônia foi elevada ao status de estado no início da década de 1980. Fundado sob a égide do autoritarismo, em dois momentos constitutivos de sua organização política – Território Federal e Estado – o processo de institucionalização do novo estado ocorre num contexto de transição da ditadura militar à democracia, mais precisamente no momento de desagregação do regime autoritário brasileiro pós-1979 (Codato, 2005).

No período posterior à sua fundação, Rondônia explicita um regime quase que bipartidário, e que se estende por toda a década de 1980. Na segunda metade dos anos 1980, com mais intensidade a partir da eleição de 1990, quando emergem novos atores e partidos, o sistema partidário subnacional rondoniense passaria a evidenciar alguns dos maiores índices de volatilidade eleitoral e fragmentação partidária nas eleições para a Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa (Bohn; Paiva, 2009; Melo, 2004; Nicolau, 1998), entre as unidades federadas brasileiras.

No plano político-eleitoral, no período analisado neste estudo, o PMDB foi o mais importante e tradicional partido rondoniense. Desde a fundação do estado, a legenda apresentou papel de protagonismo na competição eleitoral em todos os níveis de disputa. Não obstante, numa realidade de competição política plural e aberta, nessa época, além do PMDB, outros partidos e grupos políticos demonstraram grande força na política regional.²

Ademais, o predomínio de uma elite política oriunda do interior do estado consiste em outra característica importante da política rondoniense desde os anos 1980 e a primeira metade da década de 1990. É no momento de abertura do mercado da competição eleitoral que uma nova elite política se consolidaria hegemonicamente, oriunda da BR-364, região em franco desenvolvimento econômico e crescimento populacional desde os anos 1970, ainda durante o período territorial (Fonseca; Viana, 2020; Viana, 2019).

O argumento central deste trabalho é o de que os elevados índices de volatilidade eleitoral nas eleições para a Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa, que fizeram de Rondônia um dos mais voláteis subsistemas partidários brasileiros durante a década de 1980 e o decorrer dos anos 1990, em larga medida, foram uma consequência das migrações partidárias entre a elite política do Estado no mesmo período. Importante mencionar que o sistema partidário subnacional rondoniense apresentou, na primeira metade dos anos 1990, a maior taxa de migração partidária registrada, na Câmara dos Deputados, entre as bancadas dos estados brasileiros. Índice que já havia sido elevado na legislatura constituinte, de 1987-1991. Na Assembleia Legislativa, as taxas médias também eram elevadas, superiores a 60% da composição das legislaturas daquele período.

2. Além do antigo PMDB, atual MDB, outros partidos têm se demonstrado competitivos nas disputas eleitorais rondonienses. PT, PSDB, PDT, PSB, PPS, PTB, PFL e o PP atual, são as legendas que, ao lado do PMDB (atual MDB), a partir dos anos 1980 até a segunda década deste século, apresentaram candidaturas com sucesso em disputas políticas para cargos de grande relevância no estado.

Assim, há fortes evidências empíricas de que as elevadas taxas de migração partidária incidiram diretamente sobre os altos índices de volatilidade eleitoral e também sobre a alta fragmentação partidária, tendo em vista que as mudanças de partido, fundamentalmente, naquele momento, via de regra, tinham como destino as novas e pequenas legendas. Até a promulgação da Lei dos Partidos Políticos nº 9096/95, a maximização dos interesses e a busca por sucesso eleitoral, certamente, foram as principais causas das migrações partidárias entre os parlamentares brasileiros e, nesse caso específico, entre a classe política rondoniense. Naquele período, a migração partidária foi observada, majoritariamente, como um ato individual e estaria relacionada diretamente com a questão da sobrevivência política, uma forma do indivíduo maximizar suas oportunidades eleitorais.

O texto está dividido em quatro seções, incluindo introdução e conclusão. Na segunda seção, o estudo realiza um debate sobre o tema da volatilidade eleitoral no plano subnacional brasileiro. No momento seguinte, apresentamos os dados agregados da competição política em Rondônia, entre 1982 e 2002, à luz de um debate sobre a legislação eleitoral-partidária pós-1985 e a questão da migração partidária. Por fim, apresentamos algumas considerações acerca da relação entre volatilidade eleitoral e migração partidária na política rondoniense.

2. A VOLATILIDADE ELEITORAL E O CASO SUBNACIONAL BRASILEIRO.

A volatilidade eleitoral consiste num dos principais indicadores de institucionalização de um sistema partidário nas democracias contemporâneas, tendo sido utilizada em termos teóricos pela literatura da política comparada como um índice empírico para sua mensuração (Bohn; Paiva, 2009; Mainwaring, 2001; Mainwaring; Scully, 1995; Mainwaring; Torcal, 2005; Peres, 2013; Peres; Ricci; Rennó, 2011). Ainda que não seja, especificamente, intenção deste trabalho abordar o tema da institucionalização do subsistema partidário rondoniense, torna-se imprescindível situar a questão da volatilidade eleitoral como um dos indicadores que compõem o conceito de institucionalização.

Conforme a literatura do tema da institucionalização de sistemas partidários, níveis baixos ou moderados de alteração na volatilidade eleitoral sinalizam que no âmbito da competição eleitoral os partidos políticos têm obtido êxito no tocante à capacidade de enraizamento societário e efetivação das demandas do eleitorado. Por outro lado, patamares elevados são observados como uma demonstração de fragilidade das agremiações partidárias, denotando a incapacidade das legendas em canalizar as preferências dos cidadãos.

Assim, padrões razoáveis de volatilidade eleitoral são um indicativo de institucionalização, o que apontaria para a estabilidade do sistema partidário. Nesse sentido, conforme lembram (Bohn; Paiva, 2009, p. 188):

A estabilidade eleitoral indica não só que os partidos têm apoio e enraizamento na sociedade, mas também que são instrumentos de canalização de conflitos, interesses e demandas da sociedade. Outros fatores adicionais que reforçam esse argumento, é que padrões mais estáveis conferem maior previsibilidade à disputa eleitoral (Kinzo, 2003; Mainwaring; Scully, 1995; Mainwaring; Zoco, 2006) e dificultam a ascensão de outsiders e lideranças personalistas, sem vínculos sólidos e duradouros com as organizações partidárias (Mozaffar; Scarrit, 2005). E por último pressupõe que questões programáticas oriundas de uma oferta partidária sejam os elementos determinantes na conformação da escolha eleitoral.

Numa perspectiva comparada, nos países de democracia em desenvolvimento os níveis de volatilidade eleitoral são maiores e, conseqüentemente, a instabilidade eleitoral é superior às democracias consolidadas. Além disso, os vínculos entre eleitores e partidos políticos na maioria das democracias recentes apresentam frágil enraizamento societário, apontando para um alto grau de personalismo, comparado aos países de democracia avançada. Desse modo, “sistemas partidários pouco institucionalizados seriam mais vulneráveis a permitir que políticos anti-partidos cheguem ao poder, causando efeitos adversos nas democracias” (Mainwaring; Torcal, 2005, p. 251).

Argumentando sobre a regularidade dos padrões de competição partidária, Mainwaring e Torcal (2005) afirmam que, das quatro dimensões propostas, a volatilidade é a mais fácil de medir sistematicamente, consistindo na “transferência agregada de votos de um partido para outros, de uma eleição para a próxima” (Mainwaring; Torcal, 2005, p. 255). Segundo ambos, o Brasil seria um dos poucos países que exibiu um declínio substancial da volatilidade ao longo do tempo, especificamente a partir de 1994 até 2014, período considerado pelo *mainstream* dos estudos institucionalistas como os *golden age* do nosso sistema político. Certamente, a notável estabilidade de duas décadas da competição política brasileira contribuiu diretamente para a consecução de inegáveis avanços nos planos político, econômico e social.

De fato, após o retorno à democracia em meados dos anos 1980, diversos estudos apontaram para uma queda gradual nas taxas de volatilidade eleitoral, fundamentalmente a partir da segunda metade dos 1990 e no decorrer dos anos 2000, o que significa um quadro mais estável da competição política no País (Arquer; Vasquez, 2019; Bohn; Paiva, 2009; Braga; Ribeiro; Amaral, 2016; Peres, 2013; Peres; Ricci; Rennó, 2011). Não obstante, pouco se conhece acerca dos partidos no âmbito estadual e, embora seja negligenciada, essa arena possui um impacto fundamental sobre o sistema partidário.

Como recordaram Bohn; Paiva (2009, p. 189), inúmeros estudiosos têm apontado para a relevância “de se estudar a política numa perspectiva subnacional, com base no argumento de que estados e regiões podem possuir dinâmicas distintas e diferentes conformações de ordem socio-econômicas”. Conforme as autoras, ainda que diversos estudos tenham analisado a volatilidade eleitoral no plano nacional, poucas análises têm dado ênfase à sua dimensão subnacional. Tal argumento corrobora com a ideia de que, embora crescente nos últimos anos, os estudos sobre a política nos estados têm se situado em segundo plano na ciência política brasileira.

Nesse contexto, a arena estadual continua pouco explorada pela ciência política brasileira.

Em obra organizada por Lima Júnior (1997), os sistemas partidários estaduais foram objeto de análise³, compreendendo o período de 1982 a 1994. Do ponto de vista eleitoral e partidário, os estados mostraram-se politicamente diferentes, como havia sido demonstrado pelo próprio autor com a experiência pós-46. A diversidade dos sistemas partidários é evidenciada pela existência de dois subsistemas, sendo um moderadamente fragmentado e outro altamente fragmentado (Lima Júnior, 1997).

Em recente estudo sobre os subsistemas partidários estaduais da região Nordeste, Braga (2016) afirma que no caso do sistema partidário nacional e dos subsistemas nordestinos, por terem uma abrangência em nível federal, as regras eleitorais e de organização dos partidos produziram, nos últimos tempos, um contexto de razoável liberalização organizativa e de participação política para candidatos, partidos e o eleitorado em todas as regiões brasileiras. Isso, por sua vez, tem sido fundamental para a representação dos mais variados interesses sociais em esferas políticas de diferentes níveis, o que tem produzido relevantes transformações no que tange aos padrões de renovação política.

Assim, o arranjo brasileiro, ao proporcionar poucos constrangimentos para a ação dos partidos nas diversas unidades federadas, possibilitaria o surgimento de subsistemas partidários distintos e de uma marcante heterogeneidade social na composição das bancadas partidárias. Não obstante, a conformação de diversas formas da dinâmica partidária-eleitoral local depende de variáveis contextuais de cunho específico, que influenciariam a competição política estadual, possibilitando a emergência de uma democracia de caráter pluralista e partidária (Braga, 2016).

Ao analisar a volatilidade eleitoral no período de 1986 a 1994, em oito estados, tendo como base o estudo organizado por Lima Júnior (1997), Grohmann (2003, p. 231) assinalou que, inicialmente, observa-se que “a capacidade de institucionalização dos partidos obedece à diversidade do país, formando subsistemas partidários”, o que confirmaria o argumento de Lima Júnior (1983) sobre o período de 1946-1964.

Desse modo, a compreensão do comportamento do eleitorado em níveis nacional e sub-nacional torna-se de vital importância para o estudo da democracia brasileira, tendo em vista que o eleitorado em algumas unidades federadas pode exibir padrão instável eleitoralmente, “o que indicaria que o sistema partidário vigente não está enraizando-se nesses estados da mesma maneira que nas demais áreas do País” (Bohn; Paiva, 2009, p. 188).

Na contramão das teses clássicas que analisam o índice de volatilidade eleitoral como um indicador de institucionalização dos sistemas partidários, argumenta Peres (2013) que os defensores desse modelo de interpretação compreendem a instabilidade eleitoral como um sinal de fraqueza da vida partidária, de precária efetividade dos governos e da debilidade do regime democrático. Não obstante, segundo ele, no âmbito teórico metodológico, tal abordagem constitui-se como altamente passível de contestação.

Ao discutir o que denomina de anomalias conceituais, empíricas e lógicas do padrão de

3. Os sistemas partidários dos estados da Bahia, Ceará, Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo foram analisados na pesquisa.

compreensão da volatilidade eleitoral, Peres (2013) propõe uma alternativa de interpretação para o índice. Inicialmente, ele identifica problemas na interpretação sociológica dos significados do indicador e discute três problemas fundamentais que segundo ele seriam desconsiderados pela literatura vigente.

Primeiro, um possível conflito entre a estabilidade eleitoral e a competição partidária, o que colocaria a estabilidade em primeiro plano, acima da competição, desprezando algo primordial na democracia: a efetiva contestação pública. Elemento tão aclamado, por exemplo, por um teórico como Robert Dahl (2015)⁴. Posteriormente, o argumento de que não há critérios incontestáveis que justificariam a escolha de um determinado ponto ideal para a volatilidade eleitoral. Terceiro, que não há uma única forma de interpretação dos significados de patamares distintos de volatilidade em cada país, especificamente. Desse modo, torna-se necessário um critério de que justifique um modelo de interpretação em detrimento de outro, sugerindo então uma abordagem de “eficiência explicativa”.

Nesse sentido, Peres (2013, p. 25) analisa que:

A volatilidade eleitoral indicaria oscilações no mercado político, ou seja, na “oferta” e na “demanda”, mediante certos graus de restrições e, em alguns casos, de eventos conjunturais, alheios ou não ao próprio mercado eleitoral. Por isso, os significados dos resultados numéricos encontrados devem ser apreendidos sempre de maneira contextualizada, de acordo com cada situação específica de “oferta/demanda”, de restrições e de eventos conjunturais internos e externos ao ambiente eleitoral.

Partindo da ideia de que a democracia pressupõe alternância de poder, e por isso demanda algum grau de instabilidade, nem todo nível de estabilidade deve ser visto como positivo, como a estabilidade total, assim como nem toda instabilidade deve ser analisada como ruim, tal qual a instabilidade derivada da competição política que se caracteriza pela rotatividade do poder. Desse modo, defende o autor outro tipo de interpretação para a volatilidade eleitoral, que abandona a ideia de institucionalização, em favor do que classifica como perspectiva econômica da volatilidade eleitoral (Peres, 2013).

Peres (2013) aponta para a tentativa de parte significativa da literatura da política comparada em compatibilizar níveis satisfatórios de estabilidade dos sistemas partidários, com os requisitos da democracia eleitoral, expressos pela competição política aberta. Conforme ele, um posicionamento amplamente compartilhado por estudiosos consiste na ideia da máxima estabilidade possível, porém com algum grau de instabilidade. Desse modo, torna-se imprescindível a busca por critérios endógenos ao índice de volatilidade eleitoral, que possam unir níveis suficientes de volatilidade eleitoral para a vigência da competição partidária, e por outro lado, graus necessários de estabilidade para a garantia da institucionalização do sistema partidário.

Sendo assim, afirma Peres (2013) que, ao aderir às diretrizes normativas de estabilidade

4. Para mais detalhes sobre o tema da participação e da contestação pública como elementos fundamentais na competição política ver Robert Dahl (2015).

acompanhada de competição partidária, estaria a literatura admitindo a existência de um índice de volatilidade eleitoral que não é apenas aceitável, mas principalmente desejável. Nesse contexto, a busca por um ponto ótimo torna-se fundamental, porém, segundo ele, não há justificativa lógica para qualquer índice de volatilidade eleitoral que contemple em termos absolutos as duas premissas normativas inerentes ao problema: estabilidade e competição eleitoral.

No tocante ao subsistema partidário rondoniense, os altos índices de volatilidade e a oscilação evidenciam a existência de elevado grau de competição política no estado, especificamente, a partir da eleição de 1990, que pode ter sido influenciada pela mudança de partido (migração partidária) por parte da classe política (Melo, 2004), principalmente, no período de 1987 a 1995. Ou pelo surgimento e desaparecimento de legendas no sistema partidário, o que indicaria instabilidade, com o aumento da oferta. Nesse último caso, há também a influência das migrações partidárias no período pós-redemocratização, tendo em vista que no momento da abertura democrática até 1995, as migrações ocorriam fundamentalmente dos grandes partidos em direção a pequenas legendas recém-fundadas, seguindo um padrão nacional (Freitas, 2012).

Desse modo, os eleitores responderiam a essa abertura da competição política. Isso não necessariamente quer dizer que o sistema apresente déficit democrático, mas que há grande variedade no mercado eleitoral (Peres, 2013). O que de fato, se verifica no sistema partidário rondoniense a partir da eleição de 1990, uma grande oferta no mercado eleitoral. Se num contexto de multipartidarismo controlado, na eleição fundadora de 1982, três partidos se organizaram para a disputa inaugural no estado, PDS, PMDB e PT, com apenas PDS e PMDB obtendo representação, na disputa eleitoral de 1990, 18 partidos concorreram nas eleições proporcionais para a Assembleia Legislativa e Câmara dos Deputados, o que demonstra o nível de abertura do mercado da competição eleitoral naquela eleição.

A relação entre as mudanças partidárias e os elevados índices de volatilidade foi observada por Melo (2004, p. 151):

Dos seis estados com taxa de migração acima de 40%, cinco possuem os maiores valores médios para a volatilidade (RR, RO, AL, AP, SE). Nestes estados sequer pode falar na existência de um sistema partidário, decorridas seis eleições para a Câmara dos Deputados. A força dos partidos oscila brutalmente graças a movimentação de suas lideranças. Partidos majoritários desaparecem de uma eleição para outra. Do mesmo modo que legendas inexpressivas podem tornar-se, da noite para o dia, capazes de polarizar o cenário eleitoral. Por outro lado, dos seis estados, com taxa de migração abaixo de 20%, em todo o período, quatro (PI, DF, SC, RS) apresentam também os menores valores médios para a volatilidade. Nestes estados, a evolução do sistema partidário pode ser acompanhada, sem sobressaltos, de 1986 a 2002.

Melo (2004) apresenta visão bastante crítica em relação aos sistemas partidários estaduais voláteis, em especial sobre o caso rondoniense. Importante ressaltar que o autor analisa o processo eleitoral e de mudanças partidárias até a eleição de 2002. No momento posterior a esse período é impossível não perceber uma queda substancial nos índices de volatilidade do subsistema partidário rondoniano, principalmente a partir do final dos anos 1990 e no decorrer

da década de 2000.

Esse outro tema discutimos, especificamente, em distintas oportunidades, e indicaria, fundamentalmente, um acompanhamento dos padrões nacionais. O que, de fato, nos leva a afirmar que, a partir de meados da primeira década deste século, ainda que tardio quando comparado ao caso nacional, o subsistema partidário de Rondônia vivenciou um processo inequívoco de tendência à estabilização (Viana, 2019; Viana; Sandes-Freitas, 2022) que se seguiu até as eleições gerais de 2014.

Nas tabelas 01 e 02, apresentarei os índices de volatilidade⁵ nas eleições para a Câmara dos Deputados e Assembleias Legislativas nos estados brasileiros, no período de 1982 a 2002. Os índices de volatilidade foram calculados segundo a fórmula de Pedersen (1979). Vale ressaltar que nos cálculos da volatilidade eleitoral foram utilizados somente os votos válidos, não levando em conta, portanto, votos brancos e nulos, conforme o entendimento do TSE para fins de resultado eleitoral.

TABELA 01. VOLATILIDADE ELEITORAL – DEPUTADO FEDERAL (1982-2002)

UF	Volatilidade. 1982-1986	Volatilidade. 1986-1990	Volatilidade. 1990-1994	Volatilidade. 1994-1998	Volatilidade. 1998-2002
AC	23,9	23,8	29,3	60,4	49,0
AL	60,1	68,2	7,1	44,7	39,0
AM	58,3	46,2	70,7	69,1	32,5
AP	79,3	44,0	43,7	26,1	33,6
BA	61,8	41,1	30,1	37,9	11,1
CE	62,7	45,5	41,5	27,0	19,5
DF	*	***	30,1	39,1	34,2
ES	39,2	40,4	43,8	48,6	29,4
GO	31,8	25,9	47,5	33,7	41,5
MA	67,2	40,6	53,9	41,6	20,9
MG	42,7	49,2	50,0	36,0	22,9
MS	55,4	58,8	56,2	43,4	27,7
MT	47,5	49,9	53,1	44,0	27,3
PA	33,6	42,1	40,8	46,5	18,0
PB	52,1	36,5	38,9	35,9	33,0
PE	54,8	41,0	33,4	35,9	25,6
PI	54,5	28,8	39,9	33,1	22,2
PR	37,0	54,1	54,1	41,9	28,6
RJ	41,0	37,1	45,3	30,9	28,6
RN	39,3	38,9	39,1	38,1	27,5
RO	57,0	80,2	66,9	47,9	31,3
RR	83,9	55,4	35,5	53,1	64,9

5. Para o ano de 1994, no repositório de dados do TSE, constam informações para apenas 15 estados (AC, AL, AM, AP, BA, GO, MA, MS, PI, RR, RS, SC, SE, SP, TO), estando os demais ausentes. Devido à impossibilidade de coleta dos dados no repositório sobre os pleitos de 1994 em mais de dez estados, utilizarei como referência, nas tabelas 46 e 47, os dados que constam no trabalho de Braga (2006) para os períodos 1990-1994 e 1994-1998.

RS	31,0	24,0	29,4	23,1	12,4
SC	26,4	22,7	29,0	29,4	15,2
SE	70,8	33,4	47,5	46,5	26,4
SP	23,7	36,0	33,0	36,2	23,7
TO	**	**	67,4	41,2	29,6

*Não há dados disponíveis no repositório do TSE

** A unidade federativa não existia naquele ano.

*** Não há como comparar devido à ausência de um dos anos da sequência

TABELA 02. VOLATILIDADE ELEITORAL – DEPUTADO ESTADUAL (1982-2002)

UF	Volatilidade. 1982-1986	Volatilidade. 1986-1990	Volatilidade. 1990-1994	Volatilidade. 1994-1998	Volatilidade. 1998-2002
AC	24,4	28,6	33,9	29,0	42,3
AL	63,1	60,0	60,1	69,6	43,7
AM	56,1	48,4	74,0	71,5	31,4
AP	*	***	40,7	35,4	27,5
BA	61,5	33,1	53,8	44,6	24,0
CE	60,6	59,3	37,3	37,8	27,1
DF	*	*	25,4	28,7	19,0
ES	48,8	51,2	41,2	42,4	27,0
GO	37,3	29,3	50,6	39,1	31,8
MA	66,4	40,1	57,7	53,1	32,5
MG	42,9	46,3	52,3	46,5	21,5
MS	53,9	55,2	41,5	36,9	30,0
MT	47,8	42,1	50,4	49,5	25,0
PA	31,1	44,8	40,5	41,1	21,8
PB	37,0	32,8	45,6	32,4	24,9
PE	59,5	36,9	42,9	38,5	30,0
PI	57,9	25,5	36,9	38,1	17,5
PR	37,3	43,6	51,5	46,7	29,9
RJ	43,3	32,6	42,6	31,1	35,9
RN	44,3	23,3	35,7	37,0	32,0
RO	49,6	74,0	48,3	46,7	31,3
RR	*	***	32,2	46,9	43,9
RS	28,4	32,2	29,3	23,8	13,1
SC	26,2	26,1	30,2	26,2	13,8
SE	66,8	31,0	37,8	42,9	34,0
SP	21,5	29,5	35,0	35,9	21,5
TO	**	**	55,2	35,0	25,7

*Não há dados disponíveis no repositório do TSE

** A unidade federativa não existia naquele ano.

*** Não há como comparar devido à ausência de um dos anos da sequência.

3. A DINÂMICA DA ESTRUTURAÇÃO DA COMPETIÇÃO POLÍTICO-ELEITORAL NA RONDÔNIA (1982-2002) E A QUESTÃO DA MIGRAÇÃO PARTIDÁRIA.

Nesta seção, abordaremos a dinâmica da estruturação da competição política em Rondônia. Para tanto, será avaliado o desempenho eleitoral dos partidos rondonienses com a análise dos dados agregados das eleições para Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa, no período de 1982 a 2002. O objetivo é demonstrar que, entre a segunda metade dos anos 1980 e o decorrer da década de 1990, diante de uma conjuntura marcada por mudanças nas regras para a criação de legendas e, fundamentalmente, o fenômeno das migrações partidárias, o subsistema partidário rondoniense apresentaria níveis elevados de volatilidade eleitoral e fragmentação partidária nas eleições legislativas.

Há fortes evidências de que, além da diminuição nas taxas de migração partidária que seria acompanhada pela diminuição substantiva nos índices de volatilidade eleitoral, a competição à presidência exerceu maior influência sobre a dinâmica do processo político-eleitoral rondoniense. Essa coordenação entre os planos nacional e estadual teria contribuído diretamente para um cenário de maior inteligibilidade e previsibilidade da competição eleitoral no estado. Porém, essa última questão não será objeto de análise nesse estudo, tendo sido analisada em outros estudos (Viana, 2019; Viana; Sandes-Freitas, 2022). Com base nos dados referentes aos índices de volatilidade eleitoral e as migrações partidárias, analisarei o desenvolvimento da experiência partidária rondoniense à luz do caso brasileiro, no intuito de justificar nosso argumento.

O sistema partidário subnacional rondoniense, formado com a instalação do estado em 1982, constituído sob o autoritarismo em condições específicas no final do regime militar, a partir da década de 1990 passou a exibir uma competição política mais aberta, num ambiente heterogêneo, marcado pelo pluralismo partidário. De fato, o mercado da competição eleitoral rondoniense estruturou-se, inicialmente, a partir dos partidos formados ainda durante o bipartidarismo ditatorial. Como assinalado anteriormente, o sistema partidário subnacional rondoniense que inicialmente contou com três partidos disputando a eleição fundadora do estado, em 1982, saltou para 18 partidos concorrendo na eleição de 1990 à Assembleia Legislativa.

Ao analisar o desenvolvimento do sistema partidário brasileiro pós-1982, Braga (2006) afirma que a estrutura da competição partidária, inicialmente caracterizada por um padrão de alta concentração, gradualmente, passou para um quadro mais fragmentado, em decorrência, sobretudo, de processos de criação, fusão e o aumento do apoio eleitoral aos partidos fundados no início dos anos 1980. Nesse contexto, observo que a dinâmica do sistema partidário brasileiro se reproduziu de forma muito semelhante ao caso rondoniense.

Importante mencionar o argumento de Lima Júnior (1997), para quem a expansão do mercado eleitoral pela incorporação de novos atores à competição político-eleitoral e o aumento do número de partidos – efetivos e nominais, não ocorreu no mesmo ritmo em todos os estados brasileiros. Assim, torna-se imprescindível, no caso subnacional rondoniense, verificar em qual momento consolida-se o quadro de mudança institucional.

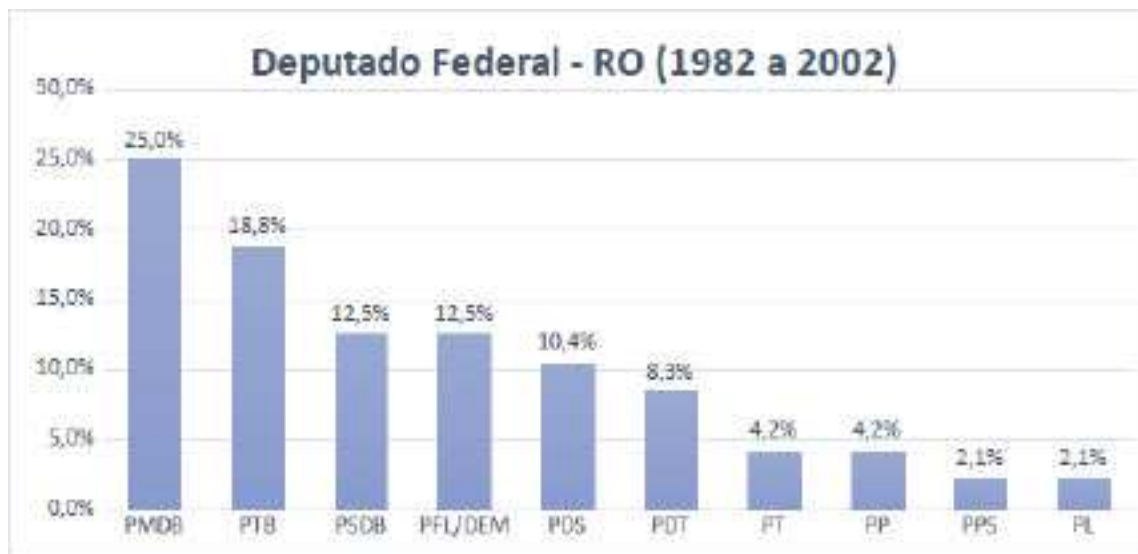
Na eleição inaugural de 1982, três legendas concorreram: PDS, PMDB e PT. Sem a realização de eleição para o Executivo estadual, e sob forte influência do regime militar, o governo do Coronel Teixeira organizou o PDS para a disputa eleitoral, com o objetivo de garantir a vitória dos três senadores e ter a maior bancada na Câmara dos Deputados (Matias, 1998; Sandes-Freitas, 2015; Viana, 2019). Com o apoio da máquina estatal, o PDS de Teixeira obteve êxito na eleição inaugural. A oposição peemedebista elegeu três deputados federais, mas não conseguiu eleger Jerônimo Santana ao Senado, devido, sobretudo, ao dispositivo eleitoral do voto vinculado. Naquele momento, apenas PDS e PMDB estavam estruturados no recém-fundado estado. O PT, que dispunha à época de poucos recursos políticos, não elegeu representantes na eleição de 1982.

Durante a década de 1980, o subsistema partidário rondoniense manteve-se fortemente influenciado pelas legendas e grupos políticos do período do regime militar. Ainda na eleição de 1986, apenas PMDB e PFL, partidos herdeiros do bipartidarismo ditatorial, alcançaram representantes na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Ainda que naquele ano, PDT e PT surgissem como novas alternativas aos partidos herdeiros do bipartidarismo ditatorial (PDS-PFL e PMDB), o subsistema demonstrou ser praticamente bipartidário durante todo o período de transição da década de 1980. Entretanto, assim como o sistema partidário brasileiro (Braga, 2006), a competição política rondoniense, posteriormente, caminhou rumo a uma disputa mais aberta e pluralista, apresentando padrões muito semelhantes ao caso nacional.

É sob a perspectiva de abertura da competição política, que a partir da eleição de 1990 o mercado eleitoral em Rondônia proporcionou a entrada de novas legendas e atores representados, num contexto de disputas competitivas, formadas por um espectro partidário plural e heterogêneo. Não obstante, evidenciou-se também entre as unidades federadas um dos maiores índices de volatilidade eleitoral nas eleições legislativas e uma alta fragmentação partidária. Minha hipótese é de que isso ocorre, sobretudo, por conta do processo de criações e fusões de novos partidos desde 1985, além das elevadas taxas de migrações partidárias a partir desse período, que beneficiaram, nesse momento específico, as pequenas legendas recém-criadas (Freitas, 2012).

O gráfico 1 apresenta o desempenho dos partidos rondonienses nas eleições proporcionais para a Câmara dos Deputados, entre 1982 e 2002. Novamente, o PMDB se consolidava como a legenda com o maior número de cadeiras, com 25% de mandatos obtidos no período. O PTB vem em seguida, com quase 19% dos assentos, boa parte obtidos na eleição de 1990, quando a legenda conseguiu quase a totalidade das cadeiras em disputa. Naquele momento, ainda era nítido o predomínio de partidos conservadores. No total, 10 legendas alcançaram representação nas eleições rondonienses para a Câmara dos Deputados, durante a série histórica analisada.

GRÁFICO 1.



O gráfico 2 apresenta os partidos que alcançaram cadeiras nas eleições proporcionais para a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia. Ao todo, foram 16 legendas que elegeram candidatos ao parlamento estadual no período de 1982 a 2002, o que demonstra já nesse período uma notória abertura do mercado da competição eleitoral e um alto grau de competitividade nas eleições estaduais. Mais uma vez, o PMDB se apresenta como a maior força partidária do período, com quase 25% dos assentos conquistados no período investigado.

GRÁFICO 2



A partir de 1985, a legislação partidária brasileira passou a apresentar caráter altamente permissivo no que se refere à criação de novos partidos. A Emenda Constitucional nº25⁶ fez surgir um novo sistema partidário. Ao pôr fim ao multipartidarismo controlado fundado em 1979, contribuiu para o aumento considerável do número de partidos políticos e permitiu a reorganização de partidos de ideologia comunista.

A emenda, como recorda Souza (1992, p. 171), “para todos os efeitos práticos, eliminou as restrições ao processo de formação de partidos”. Além disso, foi concedido ao analfabeto

6. Para mais detalhes sobre a Emenda Constitucional nº 25, ver PORTO, 2002.

o direito ao voto (Porto, 2002; Souza, 1992) e aboliu-se a fidelidade partidária (Melo, 2004; Nicolau, 1996). Assim como no experimento democrático de 1946-1964, no sistema partidário fundado com a redemocratização em 1985 não havia nenhuma restrição legal à troca de partidos.

Uma legislação partidária liberalizante e a transição à democracia foram fortes incentivadores para a proliferação de legendas, com a solicitação de registro de 24 novos partidos em 1985, o que acarretou um alto número de legendas, mais precisamente 68 partidos disputando alguma eleição entre 1982 e 1994 (Nicolau, 1996). O consequente aumento no número de partidos parlamentares efetivos foi observado por Mainwaring (2001, p. 170):

No Brasil, o número efetivo de partidos mudou rapidamente desde o fim do bipartidarismo rígido, em 1979. O sistema partidário, que seguiu um estrito regime de dois partidos entre 1966 e 1979, passou a incluir um incipiente multipartidarismo (1980-1981), voltou ao bipartidarismo na maioria dos estados e no âmbito nacional (1982-1984), depois mudou para um multipartidarismo moderado, com um partido dominante (1984-1987), e daí por diante adotou um multipartidarismo extremo, sem partido dominante. Essas variações se refletiram em mudanças no número efetivo de partidos. Em 1982, havia um número moderado de partidos (2,89 na Câmara dos Deputados e 1,86 no Senado). Mas em 1990, o número efetivo de partidos no Brasil já era um dos maiores do mundo: 8,65 na Câmara dos Deputados.

O processo de criação e fusões de novos partidos, no período entre 1985 e 1995, foi de fundamental importância para a abertura do sistema partidário rondoniense na eleição de 1990. Em 1995, a Lei dos Partidos nº 9.096 disciplinou o processo de criação de novas legendas, ao instituir a exigência de 0,5% de assinaturas do número de votantes na última eleição para deputado federal, dividido em pelo menos um terço dos estados, com o mínimo de 0,2% em cada um deles.

Nesse contexto de um alto número de partidos competindo em eleições, observou-se uma elevada taxa de mudanças partidárias entre os representantes brasileiros no período que segue de 1985 até 2007⁷. Ainda que seja um processo comum em outras democracias pelo mundo, em nenhuma delas os deputados trocaram tanto de legenda como no Brasil. Impressiona ainda mais o fato de que a mudança de partido não era prática frequente dos deputados brasileiros no período 1946-1964 (Melo, 2004; Nicolau, 1996). Entre 1985 e 06 de outubro de 2001, prazo final para filiação partidária com vistas à disputa eleitoral de 2002: “Em média 28,8% dos que assumiram uma cadeira na Câmara dos Deputados trocaram de legenda durante o mandato” (Melo, 2003, p. 322).

Há um certo consenso entre os estudiosos sobre as principais razões para a migração partidária no Brasil: a maximização das oportunidades de sucesso eleitoral (Melo, 2003, 2004; Nicolau, 1996) é observada como o motivo principal, ainda que possam existir outras razões, como, por exemplo, conflitos de cunho programático-ideológico, ou conflitos de ordem pessoal dentro das legendas (Nicolau, 1996).

7. A partir de 2007, com a nova regra de que o mandato pertence ao partido, houve uma redução significativa no número de migrações partidárias no sistema político brasileiro.

Importante ressaltar que, aliado ao objetivo de garantir maiores chances à carreira, para os deputados, “o custo da troca é frequentemente baixo devido à inexistência de sanções legais e a tolerância do eleitorado com os políticos que mudam de partido” (Mainwaring, 2001, p. 189). Ou seja, para a classe política, a troca de legenda consistia em manobra de baixíssimo custo político (Melo, 2003, 2004; Nicolau, 1996). Vale ressaltar que a inexistência de restrição legal à troca de partidos no sistema político brasileiro perdurou até 2007, quando o STF lançou o entendimento de que o mandato pertencia ao partido e não ao parlamentar. Posteriormente, no ano de 2015, a Câmara dos Deputados, por intermédio da lei nº 13.165/2015, introduziu a “janela partidária”⁸.

Em outubro de 2007, o TSE determinou que o mandato pertencia ao partido e não ao parlamentar⁹. Ainda que uma decisão a partir do judiciário, o que levantou muitas críticas, a medida diminuiu consideravelmente o número de trocas parlamentares. Embora no mesmo entendimento, a Corte Eleitoral tenha possibilitado as migrações para partidos recém-criados ou resultado de fusões. Esse foi um fator que contribuiu diretamente para o aumento nos últimos anos da fragmentação partidária no sistema político brasileiro, com mais intensidade na eleição de 2014.

No caso rondoniense, entre os anos de 1987 e 1995, parece evidente que o aspecto que prevaleceu no processo de migrações partidárias é o interesse individualista do parlamentar em maximizar suas oportunidades de sucesso eleitoral. Assim, os maiores índices de mudanças de partido no subsistema partidário rondoniense concentram-se durante essas duas legislaturas, o que acredito explicar, em larga medida, o aumento da volatilidade eleitoral e a proliferação de legendas, principalmente na primeira metade dos anos 1990, quando a maioria das migrações ocorre em direção aos pequenos partidos. As taxas de mudanças de partido entre os parlamentares rondonienses na Câmara dos Deputados, nas legislaturas de 1987 e 1995, fizeram de Rondônia o campeão brasileiro das migrações partidárias naquele momento.

Desse modo, fundamentalmente, a alta volatilidade apresentada pelo subsistema partidário rondoniano nas eleições proporcionais, um dos maiores índices do sistema partidário brasileiro naquele período, seria consequência, em larga medida, das migrações partidárias, com maior intensidade, principalmente, a partir da segunda metade da década de 1980, até meados dos anos 1990.

A partir da segunda metade dos anos 1990, é possível que as principais razões da classe política para mudanças de partido sejam, de fato, o interesse do partido político em aumentar sua bancada com fins à obtenção de benefícios de poder. Não obstante, não era essa a principal causa dos deputados “infiéis” durante as legislaturas no período de 1987 a 1995. A tabela 03 apresenta a taxa de parlamentares federais rondonienses que migraram de partido no período correspondente às legislaturas de 1983-1987 a 2003-2007.

8. No ano de 2015, a reforma eleitoral realizada pela Câmara dos Deputados introduziu a “janela partidária”, por intermédio da lei 13.165/2015, permitindo a troca de partido um mês antes do término do prazo mínimo exigido para filiação àqueles que pretendem se candidatar. Ou seja, a “janela partidária” de um mês, ocorre em março, se estendendo até o início de abril, de todo ano eleitoral.

9. Para maiores detalhes, ver Resolução-TSE nº 22.610, de 25/10/2007, posteriormente, alterada pela Resolução-TSE nº 22.733, de 11/03/2008.

TABELA 03. TAXA DE DEPUTADOS FEDERAIS DE RONDÔNIA QUE MIGRARAM DE PARTIDO (1983-2007)¹⁰

Eleição Deputado Federal	Legislatura	Total de parlamentares que migrou de partido durante a legislatura	Total de parlamentares migrantes em %
1982	1983-1987	05	62,5%
1986	1987-1991	07	87,5%
1990	1991-1995	08	100%
1994	1995-1999	04	50%
1998	1999-2003	04	50%
2002	2003-2007	02	25%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TRE-RO e do CPDOC-FGV. Só foram considerados os eleitos, os suplentes que assumiram no decorrer da legislatura não foram incluídos.

Melo (2004), ao analisar a legislatura de 1991-1995 como o momento de maior migração partidária na Câmara dos Deputados, no período investigado de 1985 a 2002, verificou que, entre os parlamentares que mais mudaram de partido durante aquela legislatura, três faziam parte da bancada rondoniense: Reditário Cassol, Pascoal Novais e Carlinhos Camurça. Todos os três eleitos em 1990 pelo PTB. Na legislatura de 1991-1995, na Câmara dos Deputados, a bancada rondoniense foi seguramente a que apresentou o maior índice de migração partidária entre todos os estados. A totalidade dos deputados federais rondonienses eleitos em 1990 mudou de partido.

Ao observar a excessiva migração partidária brasileira a partir da segunda metade da década de 1980, como resultado do caráter *catch all*¹¹ das legendas brasileiras, Mainwaring (2001) afirmou consistir num traço distinto dos partidos *catch all* brasileiros, quando comparado com seus semelhantes em muitos países da América Latina, o que evidencia um quadro de autonomia individual dos deputados e uma baixa institucionalização das legendas partidárias. Ademais, ao comentar a migração partidária no período entre 1987 e 1995, entre campos ideológicos distintos, ou o que ele chama de “deserções para ‘famílias ideológicas’ não contíguas” (Mainwaring, 2001, p. 187), afirmava ele:

Em nenhum outro grande país da América Latina há um troca-troca entre partidos de perfis ideológicos acentuadamente distintos. Por outro lado, o fato de que 82% dos casos de trocas de partidos implicam transferência dentro da mesma família ideológica, ou para um partido ideologicamente contíguo, também indica que as legendas não são vazias de significados, mesmo quando os partidos são fracos (Mainwaring, 2001, p.189).

10. Na legislatura de 1991-1995, o então deputado federal Jabes Rabelo, cassado ainda em 1991, não estava mais filiado ao PTB na ocasião da perda do mandato. Porém, não encontrei registro de filiação posterior a sua saída do PTB. Na eleição de 1994, Emerson Pires foi eleito pelo PSDB para a legislatura da Câmara Federal de 1995-1999. No decorrer do mandato migrou para o PMDB. Não obstante, antes do término da legislatura, ele retornou ao PSDB. Na tabela 03, considero o caso de ambos como migração partidária. Para mais detalhes, ver CPDOC.

Assim, a migração partidária endêmica verificada por autores no sistema partidário brasileiro pós-1985, repetia-se no subsistema partidário rondoniense, ainda com mais intensidade a partir dos anos 1990, como também observado nacionalmente entre 1991 e 1995. Isso acarretou diretamente em altas taxas de volatilidade eleitoral no período, o que contribuiu para que, no caso rondoniense, houvesse um dos maiores índices de volatilidade entre os sistemas partidários estaduais nas disputas para as Assembleias Legislativas e Câmara dos Deputados, no decorrer dos anos 1990.

No que se refere às migrações partidárias na Assembleia Legislativa, os índices verificados no subsistema partidário rondoniense também são muito elevados. É o que argumento, assim como nas disputas eleitorais à Câmara dos Deputados, representar as causas da alta volatilidade eleitoral e, naquele momento, a elevada fragmentação no final dos anos 1980 e no decorrer da década de 1990. A tabela 04 apresenta as taxas de parlamentares que migraram de partido na ALE-RO, entre as legislaturas de 1983-1987 a 2003-2007.

TABELA 04. TAXA DE DEPUTADOS ESTADUAIS DE RONDÔNIA QUE MIGRARAM DE PARTIDO (1983-2007)*

Eleição - Deputado Estadual	Legislatura	Total de parlamentares que migrou de partido durante a legislatura	Total de parlamentares migrantes, em %
1982	1983-1987	14	58,3%
1986	1987-1991	15	62,5%
1990	1991-1995	16	66,7%
1994	1995-1999	14	58,3%
1998	1999-2003	10	42,0%
2002	2003-2007	06	25,0%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TRE e de Albuquerque; Matias; Mendes (2003).

*Só foram considerados os eleitos, os suplentes que assumiram no decorrer da legislatura não foram incluídos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou compreender a questão da alta volatilidade eleitoral e o quadro de instabilidade da competição política que marcaram o sistema partidário subnacional rondoniense, entre os fins dos anos 1980 e o decorrer da década de 1990. Por que Rondônia produziu nesse período um dos mais voláteis sistemas partidários estaduais? Argumento, com base nos dados

11. Conceito desenvolvido por Otto Kirchheimer, em clássico trabalho publicado em 1966, intitulado: As transformações nos sistemas partidários da Europa Ocidental. Kirchheimer verificou, após a década de 1950, que o clássico modelo de partidos de massas europeu do pós-guerra, transforma-se, mudando seu perfil e configuração ideológica, em busca de novos eleitores com o objetivo primordial de vencer eleições. O sucesso eleitoral era a prioridade. Num contexto marcado por um processo em curso de desideologização, o partido *catch all*, ou na tradução do inglês, partido “pega tudo”, ou partido “guarda chuva”, tornava-se cada vez mais flexível do ponto de vista ideológico, no intuito de angariar o maior número de adeptos e eleitores possível. O conceito permanece atual. Para mais detalhes sobre o modelo de Partido *Catch all*, ver Kirchheimer, 2012.

apresentados, que o quadro de instabilidade exibido pelo subsistema partidário rondoniense nesse momento foi, em larga medida, decorrência direta das elevadas taxas de migração partidária, especificamente, no período de 1987 a 1995, na Câmara dos Deputados e na Assembleia Legislativa.

As taxas de migração partidária apresentadas pelos deputados federais, seguramente, garantem a Rondônia o título de campeão nacional de migrações partidárias na Câmara dos Deputados, entre 1987 e 1995. É nesse período, inclusive, o maior índice de mudanças de partido registrado no sistema partidário brasileiro durante a Nova República. Ao lado das migrações partidárias, nesse momento, a legislação liberalizante sobre a criação de partidos foi outro fator que contribuiu diretamente para o momento volátil, fragmentado e instável exibido pelo subsistema partidário rondoniense.

Assim, observo as elevadas taxas de migração partidária, recorde nacional, como o principal fator para um quadro de desestruturação do subsistema partidário rondoniense, principalmente, no decorrer da década de 1990. Nesse momento, é elevado o número de migrações partidárias, principalmente, com destino a novas e pequenas legendas, o que contribuiria, também, com o aumento da fragmentação partidária. A maximização das oportunidades de sucesso eleitoral é observada neste estudo como a principal motivação para as migrações partidárias à época, o que seguiria uma lógica nacional.

Seguramente, o dado referente à legislatura de 1991-1995 representa a maior taxa nacional de mudança partidária por uma bancada de unidade federada na Câmara dos Deputados. Vale ressaltar, como exposto anteriormente, que, além de todos os oito deputados federais de Rondônia eleitos em 1990 terem mudado de partido, três parlamentos rondonienses estavam entre os quatro representantes da Câmara dos Deputados que mais mudaram de partidos durante a legislatura de 1991-1995.

Posterior a esse período de desestruturação da competição política, com base nos dados empíricos observei que a partir do final dos anos 1990 e os primeiros anos do século XXI o cenário era bastante distinto daquele apresentado nas duas décadas anteriores. O que argumento ser, em parte, consequência da diminuição drástica nos índices de migrações partidárias na Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa, que apresentavam queda e estabilização. Ademais, no contexto de um subsistema partidário caracterizado pelo predomínio de partidos conservadores, a disputa de 2002 marcaria também a emergência do PT como um ator de grande relevância no estado.

Não obstante, outro fator importante que incidiu diretamente sobre essa tendência à estabilização da competição eleitoral rondoniense foi uma maior influência do sistema político brasileiro, “de cima para baixo”, a partir das eleições presidenciais. Sobre esse tema, especificamente, já discorreremos alhures.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Lúcio; MATIAS, Francisco; MENDES, Matias. **20 anos da Assembleia Legislativa de Rondônia**: (1983-2003). Porto Velho: ALE-RO, 2003.

ARQUER, Monize; VASQUEZ, Vítor. Institucionalização do sistema partidário: mesmas dimensões, outras interpretações. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 34, n. 100, p. 1-26, 2019.

BRAGA, Maria do Socorro. A política no Nordeste: oligarquia, partidos e movimentos sociais. In: NASCIMENTO, Ângela; COSTA, Marcos Lima. (org.). **O Nordeste brasileiro em questão: uma agenda para reflexão**: v. 2. Recife: Ed. Sudene, 2016.

BRAGA, Maria do Socorro. **O processo partidário-eleitoral brasileiro**: padrões de competição política (1982-2006). São Paulo: Editora Humanitas; FAPESP, 2006.

BRAGA, Maria do Socorro; RIBEIRO, Pedro; AMARAL, Oswaldo. El sistema de partidos en Brasil: estabilidad y institucionalización. In: FREIDENBERG, Flavia. **Los sistemas de partidos en América Latina**: (1978-2015). Ciudad del México: INE; UNAM, 2016.

BOHN, Simone; PAIVA, Denise. **A volatilidade eleitoral nos estados**: sistema partidário e democracia no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 17, n. 33, p. 187-208, jun. 2009.

CODATO, Adriano Nervo. **Uma história da transição brasileira**: da ditadura à democracia. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 25, p. 83-106, nov. 2005.

DAHL, Robert. **Poliarquia**: participação e oposição. São Paulo: Edusp, 2015.

FONSECA, Dante Ribeiro da; VIANA, João Paulo Saraiva Leão; **Do Território do Guaporé ao Estado de Rondônia**: geopolítica, eleições e mudança de elites na Amazônia. Boa Vista: EdUFRR, 2020.

FREITAS, Andréa Marcondes. Migração partidária na Câmara dos Deputados de 1987 a 2009. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 55, n. 4, p. 951-986, 2012.

GROHMANN, Luís Gustavo. Partidos, federação e representação política: sistemas partidários estaduais, participação política e democracia no Brasil. In: TAVARES, José Antonio Giusti. **O sistema partidário na consolidação da democracia brasileira**. Brasília: Teotônio Vilela, 2003.

KIRCHHEIMER, Otto. **A transformação nos sistemas partidários da Europa ocidental**. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 7, p. 349-385, abr. 2012.

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de. **Partidos políticos brasileiros**: as experiências regional e federal - 1945 a 1964. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1983.

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de (org.). **O sistema partidário brasileiro**: diversidade e tendências - 1982-94. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

MAINWARING, Scott. Políticos, partidos e sistemas eleitorais: o Brasil numa perspectiva comparativa. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 29, p. 34-58, mar. 1991.

MAINWARING, Scott. **Sistemas partidários em novas democracias**: o caso do Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

MAINWARING, Scott; SCULLY, Timothy (ed.). **Building democratic institutions**: party systems in Latin America. Stanford: Stanford University Press, 1995. p21-22.

MAINWARING, Scott; TORCAL, Mariano. Teoria e institucionalização dos sistemas partidários após a terceira onda de democratização. **Opinião Pública**, Campinas, v. xi, n. 12, 2005.

MATIAS, Francisco. **Pioneiros**: ocupação humana e trajetória política de Rondônia. Porto Velho: Gráfica e Editora Maia, 1998.

MELO, Carlos Ranulfo Félix. Migração partidária na Câmara dos Deputados: causas, consequências e possíveis soluções. In: BENEVIDES; Maria Victoria; VANUCCHI, Paulo; KERCHE, Fábio. **Reforma política e cidadania**. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

MELO, Carlos Ranulfo Félix. **Retirando as cadeiras do lugar**: as migrações partidárias na Câmara dos Deputados. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

NICOLAU, Jairo Marconi. **Multipartidarismo e democracia**: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro (1985-1994). Rio de Janeiro: FGV, 1996.

NICOLAU, Jairo Marconi. A volatilidade eleitoral nas eleições para a Câmara dos Deputados brasileiros (1982-1994). Caxambu: XXII Encontro anual da Anpocs Caxambu: 1998. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS (1998: Caxambu, MG). **Anais**, n. 22 (1998), p. 1-16. Disponível em: <https://biblioteca.sophia.com.br/terminal/9666/acervo/detalhe/12742?-guid=4c1bbc995dfbf4ab2e58&returnUrl=%2fterminal%2f9666%2fresultado%2fflistar%-3fguid%3d4c1bbc995dfbf4ab2e58%26quantidadePaginas%3d1%26codigoRegistro%-3d12742%2312742&i=1>. Acesso em 20 Mai 2016.

PERES, Paulo Sergio; RICCI, Paolo; RENNÓ, Lúcio. A variação da volatilidade eleitoral no Brasil: um teste das explicações políticas, econômicas e sociais. **Latin American Research Review**,. Austin, Texas, v. 46, n. 3, p. 43-68, 2011.

PERES, Paulo Sérgio. Institucionalização do sistema partidário ou evolução da competição?: uma proposta de interpretação econômica da volatilidade eleitoral. **Opinião Pública**, Campinas, v. 19, n. 1, p. 21-48, jun. 2013.

PEDERSEN, Mogens. N. **The Dynamics of European Party Systems**: Changing Patterns of Electoral Volatility. *European Journal of Political Research*, Oxford, v. 7, n. 1, p. 1-25, mar. 1979.

PORTO, Walter Costa. **O voto no Brasil**: da colônia à 6ª República. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.

SANDES-FREITAS, Vítor Eduardo Veras. **Alianças partidárias nos estados brasileiros**: das coligações às coalizões de governo. 2015. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

SOUZA, Amaury de. O sistema político-partidário. In: JAGUARIBE, Hélio. (org.). **Sociedade, Estado e partidos na atualidade brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VIANA, João Paulo Saraiva Leão. **Sistema Partidário Subnacional e Competição Eleitoral**: o caso de Rondônia (1982-2014). 2019. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

VIANA, João Paulo Saraiva Leão; SANDES-FREITAS, Vítor Eduardo Veras de; A dinâmica institucional do subsistema partidário rondoniense: conjugando racionalidade política contextual à nacional (1998-2018). In: PAIVA, Denise; PIETRAFESA, Pedro. (org.). **Sistemas partidários, partidos e eleições**: 1998-2018: tendências e dinâmicas na federação brasileira. Goiânia: Editora da PUC-Goiás, 2022.